

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.590 - SP (2019/0272704-2)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**AGRAVANTE** : EDILSON DE ALMEIDA VIANA  
**ADVOGADO** : CLAUDIO SCOPIM DA ROSA - SP160050  
**AGRAVADO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

### **DECISÃO**

Trata-se de Agravo, interposto por EDILSON DE ALMEIDA VIANA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, de acórdão assim ementado:

"Recurso de apelação interposto pelo INSS conhecido nos termos do art. 1007, par. 1º do CPC/2015.  
Reexame necessário conhecido.  
Sentença ilíquida proferida contra o INSS.  
Súmula nº 423, do Supremo Tribunal Federal e Súmula nº 490, do Superior Tribunal de Justiça. Inteligência do art. 496, I do Código de Processo Civil - CPC/2015.  
Acidentaria. Tecelão. Pedido de concessão do benefício acidentário. PAIRO - Perda Auditiva Induzida Por Ruído Ocupacional. Tabela de Fowler: perda bilateral de 5,82% (fl. 50). Sentença de procedência. Reforma.  
Recursos voluntários, do INSS e oficial, providos para extinguir o processo com resolução do mérito, com base no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil — CPC/2015" (fls. 133/134e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, fundamentado nas alíneas **a** e **c**, do permissivo constitucional, violação aos arts. 86, § 4º, da Lei 8.213/91, bem como conflito jurisprudencial. Argumenta, em síntese, que:

"Trata-se de ação acidentária, visando a procedência do benefício de auxílio acidente, decorrente de PAIRO - Perda Auditiva Induzida Por Ruido Ocupacional, cujo laudo pericial reconheceu o nexo causal, bem como a redução da capacidade de trabalho do recorrente, sendo julgada procedente a ação em primeira instância, mas foi reformada em segunda instância, ao fundamento de que o percentual de perda auditiva apontada pelo i. perito (5,82% pela Tabela de Fowler) está abaixo de 9%, previsto nesta mesma Tabela, não ensejando, assim, o direito ao referido benefício.

# *Superior Tribunal de Justiça*

O v. acórdão recorrido violou direta literalmente o disposto no art. 86, §4º, da Lei 8.213/91, bem como na Sumula 44, deste C.STJ, o que permite a interposição deste remédio recursal extremo.

(...)

Conforme forte jurisprudência advinda deste C.STJ, não há necessidade de se opor embargos de declaração quando a via busca apenas um prequestionamento numérico, ou seja, quando a violação de lei federal ou divergência jurisprudencial consta expressamente da v. decisão recorrida e a finalidade dos embargos não passa de tentativa de rediscutir a v. decisão proferida:

(...)

No caso, o v. acórdão a quo analisou todas as questões devolvidas, acolhendo a tese da defesa, em detrimento da tese do recorrente.

(...)

Como se verifica, o próprio v. acórdão reconhece, ao transcrever o laudo medico pericial, a existência de PAIRO, bem como a redução da capacidade de trabalho por ela provocada:

(...)

Assim, como se verifica, ao afastar o direito ao benefício do auxilio acidente deferido em primeira instância, mesmo com redução da capacidade de trabalho, apenas porque o percentual de perda auditiva aferida no laudo pericial estava abaixo de 9%, da Tabela de Fowler, o v. acórdão a quo violou o disposto no artigo 86, § 4º, da Lei 8.213/91, bem como o disposto na sumula 44, deste E.STJ.

(...)

Logo, nos termos do referido dispositivo legal, dito violado, se há provas de redução da capacidade de trabalho ou prejuízo da mesma, o benefício auxilio acidente é devido, independentemente do grau da perda auditiva.

Sendo assim, neste caso, o benefício não poderia ter sido negado, já que, apesar de a perda auditiva do recorrente ser de 5,82%, pela Tabela de Fowler, o próprio v. acórdão recorrido reconheceu a repercussão negativa da mesma na capacidade de trabalho do recorrente.

Neste sentido é a jurisprudência deste C.STJ:

(...)

Logo, nos termos do artigo 86, § 4º, da Lei 8.213/91, e sumula 44, deste C.STJ, o benefício do auxilio acidente é devido, pois apesar de o grau de perda auditiva do recorrente estar abaixo de 9%, da Tabela Fowler - foi reconhecido no próprio v. acórdão recorrido que é de 5,82% pela Tabela Fowler -, porém esta perda auditiva induzida por

# *Superior Tribunal de Justiça*

ruído ocupacional, neste caso, e conforme reconhecido pelo próprio v. acórdão a quo, acarreta redução e prejuízo na capacidade de trabalho do recorrente, de modo que o deferimento do benefício perseguido é medida que se impõe, independente do grau de perda auditiva estar abaixo de 9% da Tabela Fowler.

(...)

Assim, demonstrada a divergência jurisprudencial, espera seja conhecido e provido o presente recurso para deferir o auxílio acidente" (fls. 160/185e).

Por fim, "roga o recorrente que se digne este Excelso Superior Tribunal de Justiça de conhecer e prover integralmente o presente recurso para, reformando integralmente o v. acórdão 'a quo', reconhecer o direito ao auxílio acidente de que tratam os artigo 86, e § 4º, da Lei 8.213/91 c/c sumula 44, deste C.STJ, e 104, do Decreto 3.048/99, condenando-se a recorrida ao pagamento do referido benefício, bem como do abono trezeno, desde a data da interposição desta ação, e honorários advocatícios de sucumbência de 15%" (fl. 185e).

Sem contrarrazões, o Recurso Especial foi inadmitido, na origem, advindo o presente Agravo.

A irresignação merece parcial acolhimento.

O Tribunal de origem, para decidir a controvérsia dos autos, deixou consignado, no que interessa:

"O obreiro foi admitido na Empresa TDB Têxtil S/A, em 01 de fevereiro de 2001, na função de Tecelão.

Relata que sempre ficou exposto a ruído excessivo, sem adequados EPI's, sendo acometido, ao longo de seu histórico profissional de perda auditiva induzida por ruído ocupacional (PAIRO), o que reduziu sua capacidade laborativa (fls. 2 e 3).

O laudo pericial de fls. 40 a 50 é claro e escorreito, foi realizado sem qualquer vício ou contradição, e sob o crivo do contraditório; o perito judicial não só entrevistou pessoalmente o obreiro, como também realizou o exame físico geral, o exame físico especial, levou em conta os exames subsidiários, discutiu o caso de forma técnico-científica e concluiu o seguinte:

Na avaliação audiológica efetuada pelo Autor por nossa solicitação, em 13/11/2013, observe-se uma Disacusia Neurosensorial bilateral, no ouvido direito de caráter leve a moderando e no esquerdo de caráter moderado comprometendo

bilateralmente 3000, 4000 e 6000 Hz.

Curva no ouvido direito sugestiva de PAIR que podemos classificar como Grau 2 de Merluzzi e no esquerdo curva dita 'em rampa' sugestiva de presbiacusia que podemos classificar como Grau 7 de Merluzzi.

A perda no direito tem nexos causal evidente entre a função do Autor - tecelão. Em várias vistorias em empresa desde ramo (Alpargatas, Cotonificio Guilherme Giorgi, etc...), pudemos constatar que ao nível da produção os níveis de ruído geralmente suplantam os 90 dB(A).

Perda Global de Audição (hearing handicap) = 5,32% Podemos então considerar, que o Autor é portador de uma perda auditiva mista (induzida pelo ruído e presbiacusia) no valor total de 5,32%;

perfeitamente caracterizada e decorrente em parte do exercício de suas atividades profissionais apresentando assim, redução de sua capacidade laborativa que obriga à mudança para outra atividade aonde não se exponha à níveis de ruído que poderão levar à piora das lesões.

Apresenta portanto redução da sua capacidade funcional interferindo e prejudicando suas relações interpessoais tanto no trabalho quanto socialmente; fazendo jus ao auxílio Acidente de 50% de acordo com a Lei 9032 de 1995.

Se persistir na mesma atividade profissional, este prejuízo nas relações interpessoais que origina uma redução da sua capacidade laborativa, vai requerer um maior esforço de sua parte o que o enquadra no artigo 152 do Decreto nº 2172, de 5 de Março de 1997 tendo direito ao Auxílio Acidente de 50% independente de qualquer graduação.

Acreditamos torna-se oportuno classificar a perda auditiva ora apresentada pelo Autor de acordo com a Tabela de Fowler  
Perda Bilateral = 5,82%.

Nesse contexto, em que pese o entendimento do Magistrado de 10 Grau e do próprio perito judicial, vejo que o patamar da redução da perda da capacidade auditiva bilateral constatada de acordo com a tabela de Fowler é de 5,82% (fl. 50).

Este percentual está bem abaixo dos 9% de perda bilateral, o que torna incabível a pretendida indenização.

~ R Ora, uma vez ausente um dos requisitos legais para a obtenção do benefício pretendido, ou seja, a incapacidade laboral decorrente do

# *Superior Tribunal de Justiça*

infortunistico, não há falar em concessão de benefício acidentário.

Pelo exposto, dou provimento aos recursos, voluntário do INSS e oficial, para julgar improcedente a pretensão inicial e, em consequência, extinguir o processo com resolução do mérito, com base no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil - CPC/2015. Não há falar em verbas de sucumbência nem em custas processuais face ao disposto no art. 129, inciso II, e parágrafo único, da Lei n. 8213/91" (fls. 135/137e).

Infere-se, nesse contexto, que o fundamento para indeferir o direito do segurado ao auxílio-acidente, está centrado no percentual mínimo indenizável, segundo o critério da Tabela Fowler.

Contudo, conforme decidido pela Terceira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.095.523/SP, admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), "estando presentes os requisitos legais exigidos para a concessão do auxílio-acidente com base no art. 86, § 4º, da Lei n.º 8.213/91 - deficiência auditiva, nexo causal e a redução da capacidade laborativa -, não se pode recusar a concessão do benefício acidentário ao obreiro, ao argumento de que o grau de disacusia verificado está abaixo do mínimo previsto na Tabela de Fowler" (STJ, REsp 1.095.523/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 05/11/2009).

Nesse sentido:

"PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. DISACUSIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGALMENTE EXIGIDOS. SÚMULA 44/STJ. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

**1. Conforme decidido pela Terceira Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.095.523/SP, admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), 'estando presentes os requisitos legais exigidos para a concessão do auxílio-acidente com base no art. 86, § 4º, da Lei n.º 8.213/91 - deficiência auditiva, nexo causal e a redução da capacidade laborativa-, não se pode recusar a concessão do benefício acidentário ao obreiro, ao argumento de que o grau de disacusia verificado está abaixo do mínimo previsto na Tabela de Fowler' (STJ, REsp 1.095.523/SP, Rel. Ministra Laurita Vaz, Terceira Seção, DJe de 5.11.2009).**

**2. In casu, a Corte local asseverou: (...) levando-se em conta a atividade profissional do autor e o fato de a diminuição da acuidade auditiva ser mínima, dentro dos parâmetros da normalidade,**

# *Superior Tribunal de Justiça*

insuficiente, sequer para causar significativo impacto para a sua comunicação normal; não há como reconhecer comprometimento da sua habilidade no trabalho (fl. 274, e-STJ).

3. Assim, a inversão do julgado demandaria revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.492.364/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/03/2015).

No julgamento do Recurso Especial 1.109.591/SC, igualmente admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento no sentido de que, para a concessão de auxílio-acidente, exige-se a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique a redução da capacidade laborativa, bem como que "o nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão" (STJ, REsp 1.109.591/SC, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (Desembargador convocado do TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 08/09/2010).

No caso dos autos, o acórdão recorrido, ao reformar a sentença, fundamentou-se no entendimento de inexistir direito ao auxílio-acidente quando a redução da audição estiver abaixo do mínimo indenizável, segundo os critérios da Tabela Fowler. Ao assim decidir, porém, dissentiu dos precedentes desta Corte a respeito da matéria, acima destacados.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do Agravo e dou parcial provimento ao Recurso Especial, para – firmada a tese de que, presentes os requisitos legais para a concessão do auxílio-acidente, não se pode recusar a concessão do benefício em razão de o grau de disacusia estar abaixo do mínimo previsto na Tabela de Fowler – determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para prosseguir no exame do direito ao benefício pretendido pelo autor da ação, ora recorrente, na forma da lei.

I.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora